



PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRECTO 34/2009

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

Objecto do contrato

O objecto do contrato é Fornecimento de 200 Lombas Redutoras de Velocidade.

Entidade adjudicante

A entidade pública adjudicante é a Câmara Municipal de Câmara de Lobos, sita em Praça da autonomia, 9304-001 Câmara de Lobos, com os números de telefone 291911080 e de fax 291944499 e com o endereço electrónico geral@cm-camaradelobos.pt.

Orgão competente para decidir contratar

A decisão de contratar é da responsabilidade do Presidente da Câmara .

Tipo do procedimento

Este ajuste directo insere-se no enquadramento legal de Locação ou Aquisição de Bens Móveis e Aquisição de Serviços.

Critério de Ajuste Directo

O ajuste directo será realizado através do critério do valor.

Preço Base

O preço base fixado será de 24.000,00 euros.

Critério de Adjudicação

O critério de adjudicação é o do mais baixo preço.

Negociação

As propostas apresentadas não serão alvo de negociação.

Documentos que deverão ser obrigatoriamente apresentados com a proposta

- Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o Modelo constante do Anexo I ao DL18/2008;
- Declaração I-M de acordo com o art.º 6º do Decreto Legislativo Regional 34/2008/M.

Documentos de habilitação que deverão ser obrigatoriamente apresentados

- Certificado de Registo Criminal;
- Cópia da certidão do Registo Comercial;
- Declaração emitida conforme Modelo constante do Anexo II do DL 18/2008;
- Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do DL 18/2008.

Prazo para apresentação da proposta

A data limite para a apresentação das propostas é 2009-10-23, até às 17 horas e 30 minutos.

Modo de apresentação da proposta

Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados:

- Através da plataforma electrónica acinGov.

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Pedidos de esclarecimentos

Todas as questões e/ou pedidos de esclarecimento deverão ser colocados ao órgão competente, neste caso o Presidente da Câmara , até ao dia 2009-10-19.



Prestação da Caução

Não é exigida a prestação de caução visto o preço contratual ser inferior a 200.000,00 euros.

O Presidente da Câmara
